

CORREIO BRAZILIENSE

# Favela vai a Justiça

*DF - invasão* 2 MAR 1988

Correr do "rapa" e suportar a falta de água nos pobres barracos onde moram são dificuldades com as quais as 38 famílias instaladas em área ao lado do Hotel Aracoara estão acostumadas a conviver. Mas desde o dia 24 último, quando receberam visita de fiscais do Departamento de Licitação e Fiscalização de Obras (DLFO), enfrentam um novo problema: dispõem do prazo de um mês, a partir daquela data, para desocupar os barracos e abandonar o local.

"Fica o ocupante do barrao em área pública notificado a demolir e desocupar o local no prazo de 30 dias". Este é o teor da notificação expedida pelo secretário de Viação e Obras,

Carlos Magalhães, e entregue a cada família. Preocupados com a firme disposição do GDF de removê-los, os moradores querem negociar e admitem a mudança para qualquer área, mesmo fora do DF. A maioria trabalha como vendedor ambulante, seja comercializando confecções ou churrasquinho, e muitos aproveitam o movimento de fim de semana na feira da Torre para "levantar uns trocados".

Samambaia, Paranoá e Invasão do Ceub. Estas são algumas alternativas simpáticas aos moradores da favela do Aracoara, segundo o morador Carlos Roberto de Jesus. Há cerca de um ano, de acordo com informações da Ordem dos Advogados

do Brasil (OAB), a proprietária do terreno, empresa Cical, entrou com ação judicial para retirar os invasores. Agora, com a investida do GDF, são os próprios moradores que tentarão a posse do terreno através de ação a ser movida pela OAB.

"Se oferecerem terrenos em Brasília, com água e luz, eu vou. O que não quero é ficar na rua", explica Carlos Roberto de Jesus. Até agora, o GDF não demonstrou interesse pela negociação e a comunidade da invasão pretende buscar o apoio da OAB. "Não iremos aceitar passagem de volta para a cidade de onde viemos, pois se saímos de lá era porque não podíamos continuar", garante Joel Jânuario dos Santos. Vários ocupantes da área asseguram que têm inscrição na Shis há mais de 10 anos.

Até o próximo dia 24, a OAB terá impetrado a ação judicial em favor da permanência dos mais de 150 moradores, segundo a advogada Stella Maris Ramos. Atualmente ela está recolhendo informações sobre cada ocupante que será co-autor da ação e orientando a comunidade a se mobilizar, escolhendo um porta-voz para participar de prováveis negociações com o GDF. A entidade deverá promover ainda ajuda através da Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de viabilizar outra forma de moradia para as famílias.



Moradores impetrarão ação judicial contra remoção